Sumário

Prefácio
Juarez Freitas 15

Apresentação 17

Prolegômenos 19

Capítulo 1
As Teorias dos Fatos Jurídicos, Função Administrativa, Atos Administrativos e sua Invalidação 27
1.1 Noções gerais sobre as teorias dos fatos jurídicos, função administrativa, atos administrativos e sua invalidação 27
1.2 Definição e considerações sobre os fatos jurídicos e os atos jurídicos emanados da Administração Pública 29
1.3 Definição e considerações sobre a função administrativa 31
1.4 Conceituação e considerações sobre ato administrativo e as normas individuais e concretas veiculadoras de condutas administrativas omissivas 35
1.5 Conceituação e considerações gerais sobre a invalidação das normas jurídicas ante condutas administrativas e as circunstâncias em que verificada 38
1.6 Considerações parciais 47

Capítulo 2
As Instituições Jurídicas Consensuais da Ação Administrativa 49
2.1 Noções gerais sobre a ação administrativa 49
2.1.1 As atividades do Estado 49
2.2 A evolução das relações entre o Estado e o particular no desempenho de suas atividades funcionais 56
2.2.1 Noções históricas da relação "Estado/particular" 57
2.2.2 As características da Administração concertada 61

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.3 Instrumentos de avaliação participativa e controle social das políticas públicas, e seus gastos correlatos, utilizáveis para a implantação do programa das Parcerias Público-Privadas 68
2.3.1 Contextos econômico-financeiro e jurídico-organizacional das relações sociais do Estado brasileiro 68
2.3.2 Instituições jurídicas de avaliação e controle das políticas públicas 76
2.3.3 A dinamização das instituições jurídicas de avaliação e controle das políticas públicas 82
2.3.4 Pré-condições institucionais e materiais para uma efetiva administração privada associada de interesses públicos 88
2.3.5 Considerações sobre a atividade financeira do Estado e as políticas públicas que visa viabilizar 88
2.3.6 As facetas fiscal e extrafiscal da atividade financeira do Estado 90

Capítulo 3
A Atividade Financeira do Estado e suas Políticas Públicas 93
3.1 Noções gerais sobre a atividade financeira do Estado 93
3.1.1 Conceituação 93
3.1.2 Instantes de verificação da atividade financeira do Estado 95
3.1.3 O Direito Financeiro e a atividade financeira do Estado 95
3.1.4 Normas gerais de Direito Financeiro 97
3.2 O objeto do Direito Constitucional Financeiro e Orçamentário Público 98
3.2.1 Escorço histórico sobre o Orçamento Público 99
3.2.2 Principais aspectos 102
3.2.3 Conceito clássico 102
3.2.4 Orçamento como instituição jurídica de política pública financeira para intervenção na ordem econômica 103
3.2.5 Compostura jurídica do orçamento público 104
3.2.6 Espécies orçamentárias 108
3.2.7 Etapas orçamentárias 110
3.2.8 Princípios orçamentários 111
3.3 Controle e fiscalização orçamentários 120
3.4 Receita pública, despesa pública, dívida ativa, crédito público, empréstimo público e dívida pública 125
3.4.1 Receita pública 125
3.4.2 Despesa pública 127
3.4.3 Dívida ativa 131
3.4.4 Crédito público e empréstimo público 134
3.4.5 Compostura jurídica do empréstimo público 135
3.4.6 Classificação dos empréstimos públicos 138
3.4.7 Operações de crédito para obtenção de empréstimos públicos 138
3.4.8 Dívida pública 139
3.5 Considerações parciais 141

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo 4
A Teoria dos Denominados Contratos de Direito Público 143
4.1 Noções gerais sobre a teoria dos denominados contratos de direito público ou administrativos 143
4.1.1 Conceituação, classificação e aspectos relevantes dos contratos 143
4.1.2 A existência dos chamados contratos de direito público ou administrativos 147
4.1.3 Alterabilidade unilateral das cláusulas do contrato de direito público ou administrativo por parte da Administração 152
4.2 Conceituação e características hodiernas do denominado contrato de direito público ou administrativo 156
4.2.1 Conceituação e critérios classificatórios 156
4.2.2 Cooperação ou consenso nos denominados contratos de direito público ou administrativo 160
4.2.3 O contexto associativo dos "contratos" administrativos e a atividade regulatória 162
4.2.4 Os novos ato-condição e ato-regulamento havidos como componentes da relação jurídica complexa pactuada entre o Estado e o particular 169
4.3 Noções gerais sobre a teoria das concessões públicas 174
4.4 Conceituação, características e modalidades das concessões públicas 177

Capítulo 5
A Configuração Jurídica das Parcerias Público-Privadas no Brasil 183
5.1 Noções gerais 183
5.1.1 A demarcação dos aspectos econômicos, jurídicos e organizacionais das Parcerias Público-Privadas 183
5.1.2 Características gerais das diversas modalidades de Parcerias Público-Privadas 185
5.1.3 O ciclo dos projetos dos diversos modelos de Parceria Público-Privada 187
5.1.4 O cunho excepcional e extraordinário das Parcerias Público-Privadas no Brasil e suas justificativas 188
5.1.5 A *publicatio* nas Parcerias Público-Privadas 190
5.1.6 A sua institucionalização jurídica pátria 191
5.2 As Parcerias Público-Privadas segundo a Lei Federal nº 11.079/04 e sua conformação econômico-organizacional 192
5.2.1 Formas legais de Parceria Público-Privada 192
5.2.2 O aporte de recursos públicos e privados nas Parcerias Público-Privadas 201
5.2.3 A licitação nas Parcerias Público-Privadas 204

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.2.4 A responsabilidade fiscal nas Parcerias Público-Privadas 207
5.2.5 Os riscos que envolvem as Parcerias Público-Privadas e as formas de alocação havidas como fator de sua mitigação 217
5.2.6 Breves considerações sobre as garantias e controles nas Parcerias Público-Privadas enquanto fatores de mitigação de riscos 220
5.2.7 Aspectos constitucionais críticos das Parcerias Público-Privadas 224
5.2.8 A experiência estrangeira e suas modalidades precursoras de cooperação entre os setores público e privado 226

Capítulo 6
A Teoria dos Denominados Contratos de Direito Público ou Administrativos e das Concessões Públicas Aplicadas ao Caso das Parcerias Público-Privadas 233
6.1 Noções gerais 234
6.1.1 Tipos de ajustes, de estruturas possíveis nas parcerias entre o Estado e o setor público 234
6.1.2 Casos de aplicação e situações favoráveis e desfavoráveis relacionadas às estruturas, aos tipos possíveis de ajustes de Parcerias Público-Privadas 235
6.1.3 A discussão em torno da conveniência das Parcerias Público-Privadas no Brasil enquanto nova instituição jurídica 238
6.2 O sistema de garantias da Lei nº 11.079/04 240
6.2.1 Da mitigação dos riscos em função das garantias 240
6.2.2 O compartilhamento dos riscos com o Estado concedente no Brasil 241
6.2.3 O risco solidário nas Parcerias Público-Privadas 246
6.2.4 As verdadeiras garantias de que o País precisa ter nas Parcerias Público-Privadas em relação ao parceiro estatal 247
6.2.5 Transferência aos investidores do controle da SPE (Sociedade de Propósitos Específicos) 254
6.2.6 Demais novas garantias quanto ao risco econômico nas avenças de Parceria Público-Privada 256
6.3 A prevalência do regime jurídico dos denominados contratos de direito público ou administrativos e das concessões de serviços públicos 264
6.3.1 A desnecessidade das Parcerias Público-Privadas da Lei nº 11.079/04 264
6.3.2 Das alterações, na legislação preexistente, relacionadas com as subvenções 266
6.3.3 Da mudança legislativa de acordo com a responsabilidade fiscal 268
6.3.4 Das alterações do procedimento licitatório 268
6.3.5 Da possível aplicação das disposições da Lei nº 11.079/04 em combinação ao regramento dado na legislação preexistente 268

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.3.6 Das alterações inerentes aos ajustes das ditas concessões administrativas 271

Conclusões 275

Referências 283

Índice de Assuntos 301

Índice da Legislação 305

Índice Onomástico 309

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br